

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Fevereiro/2019

**AGÊNCIA DE FOMENTO DO AMAPÁ – AFAP****Concurso Público para provimento de cargos****Analista de Fomento
Advogado**Nome do Candidato
Caderno de Prova 'A', Tipo 001Nº de Inscrição
MODELONº do Caderno
TIPO-001Nº do Documento
0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVALíngua Portuguesa
Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação**INSTRUÇÕES**

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Foque atenção e esforços positivos para atingir o que almeja.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 50 questões, numeradas de 1 a 50.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, anotações, impressos ou máquina calculadora ou similar.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Redação, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



LÍNGUA PORTUGUESA

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 5, baseie-se no texto abaixo.

[Vocação de professor]

Escritor nas horas vagas, sou professor por vocação e destino. “A quem os deuses odeiam, fazem-no pedagogo”, diz o antigo provérbio; assim, pois, dando minhas aulas há tantos anos, talvez esteja expiando algum crime que ignoro, cometido porventura alguma existência anterior. Apesar disso, não tenho maiores queixas de um ofício que, mantendo-me sempre no meio dos moços, me dá a ilusão de envelhecer menos rapidamente do que aqueles que passam a vida inteira entre adultos solenes e estereotipados.

Outra vantagem da minha profissão principal é fornecer material copioso para a profissão acessória. Se fosse ficcionista, que mina não teria à mão no mundo da adolescência, mina ainda insuficientemente explorada e cheia de tesouros! Mas, como não sou ficcionista, utilizo-me desse cabedal apenas para observação e reflexão; às vezes o aproveito nalgum monólogo inócuo, como este.

(Adaptado de: RÓNAI, Paulo. **Como aprendi o Português e outras aventuras**. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2014, p. 109)

1. Na condição de *professor por vocação e destino*, o autor se vê como
 - (A) um velho pedagogo odiado pelos deuses, que está se redimindo dos defeitos que demonstrou na condução de sua carreira profissional.
 - (B) alguém que está envelhecendo na benfazeja companhia de jovens cujo universo, além de tudo, poderia propiciar-lhe farta matéria para a arte da ficção.
 - (C) um escritor a quem o destino brindou com o talento da boa pedagogia, fazendo justiça a quem os deuses prezam pelo exercício dessa qualidade.
 - (D) um profissional dividido, uma vez que a pedagogia e a arte literária constituem um campo de disputas inconciliáveis entre ficção e ensino.
 - (E) alguém a quem foi reservado tanto o privilégio da criação literária como o gosto pela avaliação crítica dos resultados dessa criação.
2. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
 - (A) *fazem-no pedagogo* (1º parágrafo) = incentivam-no a ser um educador.
 - (B) *expiando algum crime que ignoro* (1º parágrafo) = focalizando algum deslize insuspeito.
 - (C) *cometido porventura* (1º parágrafo) = desempenhado afortunadamente.
 - (D) *fornecer material copioso* (2º parágrafo) = implementar objetiva medida.
 - (E) *utilizo-me desse cabedal* (2º parágrafo) = lanço mão dessa riqueza.
3. Está clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
 - (A) No exercício da dupla função de professor e escritor, o autor do texto avalia que as vantagens que lhe decorrem da primeira poderiam ser úteis para a segunda.
 - (B) Tanto têm vantagens a profissão de escritor como de pedagogo, razão por quê sente-se o escritor como uma criatura a quem não faltam o dote dos privilégios.
 - (C) Fosse o autor do texto tão-somente um professor, não haveria de passar por sua cabeça as tentações de promover suas experiências pedagógicas as de um criador de literatura.
 - (D) Não deixam de ser irônicas, no primeiro parágrafo, que as observações feitas sobre o desprezo dos deuses venha a atingir uma classe nobre como a dos pedagogos.
 - (E) O autor admite ser possível que, por eventuais pecados seus, possa ser expiado por conta deles, exercendo contudo um magistério que não conta com o respeito dos deuses.
4. Há emprego de voz passiva e adequada articulação entre tempos e modos verbais na frase:
 - (A) Não lhe havendo estendido os deuses outra pena, o autor teria de amargar a condição de pedagogo.
 - (B) Se quisesse se valer de sua condição de professor, o escritor poderá ter aproveitado seu convívio com os jovens.
 - (C) Caso fosse dada ao professor a oportunidade da criação literária, proveitoso material é que não lhe faltaria.
 - (D) Uma vez que lhe coubesse aproveitar melhor a companhia dos jovens, o autor terá sabido convertê-la em ficção.
 - (E) Havendo desprezado o ódio dos deuses, ao professor coubera redimir-se de algum modo no exercício desse ofício.
5. Para integrar adequadamente a frase dada, o verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma
 - (A) do plural em **Bem (poder) caber ao professor o exercício dos dotes de um talentoso escritor.**
 - (B) do plural em **Não (chegar) aos seus ouvidos de professor qualquer recriminação por parte dos jovens alunos.**
 - (C) do singular em **De todos os castigos que lhe (ocorrer) nenhum poderia ser o da carreira de pedagogo.**
 - (D) do singular em **Dos talentos que lhe (caber) desenvolver, o de professor foi o mais bem-sucedido.**
 - (E) do singular ou do plural, indiferentemente, em **O fato de (haver) tantas profissões permite boas escolhas.**



Atenção: Para responder às questões de números 6 a 10, baseie-se no texto abaixo.

[Beleza e propaganda]

A crescente padronização do ideal de beleza feminina foi um dos efeitos imprevistos da popularização da fotografia, das revistas de grande circulação e do cinema a partir do início do século XX. Não é à toa que esse movimento coincide com a decolagem e vertiginosa ascensão da indústria da beleza (hoje um mercado com receita global acima de 200 bilhões de dólares). Como vender “a esperança dentro de um pote?”

As estratégias variam ao infinito, porém a mais diabólica e (possivelmente) eficaz dentre todas – verdadeira premissa oculta do marketing da beleza – foi explicitada com brutal franqueza, em 1953, pelo então presidente da megavarejista de cosméticos americana Allied Stores: “O nosso negócio é fazer as mulheres infelizes com o que têm”.

O atígar cirúrgico da insegurança estética e a exploração metódica das hesitações femininas no universo da beleza abrem as portas ao infinito. Os números e lucros do setor reluzem, mas quem estimará a soma de todo o mal-estar causado pelo massacre diuturno de um padrão ideal de beleza?

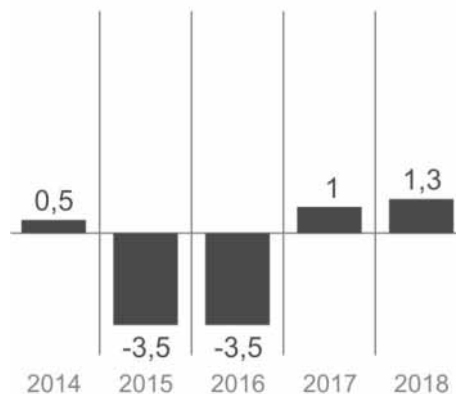
(Adaptado de: GIANETTI, Eduardo. **Trópicos utópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 104-105)

6. O autor do texto se posiciona claramente contra
- (A) os efeitos nocivos da propaganda, quando se vale de recursos das artes tradicionais para vender produtos de grande significação social.
 - (B) as teses idealistas acerca do que seja o belo, que propagam modelos estéticos ligados a um passado clássico que hoje não guardam qualquer sentido.
 - (C) a exploração comercial de produtos ligados à estética feminina, como os cosméticos, que ele julga perverter o padrão ideal de beleza.
 - (D) a disseminação de padrões de beleza inatingíveis que atendem a um ávido interesse econômico e acarretam infelizes obsessões às mulheres.
 - (E) a reprodução de modelos de beleza que levam as mulheres a encontrar em si mesmas uma fonte de prazer sem qualquer relevância social.
-
7. A estratégia exposta com *brutal franqueza* pelo presidente da Allied Stores (2º parágrafo) consiste em admitir que
- (A) a indução a um sentimento de insuficiência e de mal-estar nas mulheres é o método próprio da indústria da beleza.
 - (B) os insistentes gastos das mulheres com produtos de beleza dão origem aos altos investimentos desse setor industrial.
 - (C) um mau negócio seria provocar nas mulheres alguma obsessão por um ideal de beleza que não têm como atingir.
 - (D) um bom negócio implica sempre uma satisfação objetiva dos anseios dos clientes, despertados por um produto.
 - (E) a ansiedade feminina deve ser canalizada para os produtos que efetivamente possam satisfazer a mulher de imediato.
-
8. O autor do texto explora com alguma frequência expressões com clara **oposição** de sentido, tal como ocorre entre
- (A) *crescente padronização e popularização da fotografia*.
 - (B) *coincide com a decolagem e vertiginosa ascensão*.
 - (C) *premissa oculta e brutal franqueza*.
 - (D) *variam ao infinito e a mais diabólica*.
 - (E) *insegurança estética e hesitações femininas*.
-
9. Uma nova redação na qual se mantêm a correção, a clareza e o sentido da frase **A exploração metódica das hesitações femininas abre as portas ao infinito** apresenta-se na seguinte versão:
- (A) Uma vez que se abra, as portas da exploração metódica tornam-se infinitas ao que há de hesitante nas mulheres.
 - (B) Conquanto hajam hesitações femininas, a exploração metódica destas portas podem ser infinitas.
 - (C) Os titubeios femininos visam à abrir as portas ao infinito para sua exploração metódica.
 - (D) Abrem-se infinitamente as portas das dúvidas femininas quando explorado com método.
 - (E) São portas para o infinito as que abre a exploração sistemática das inseguranças femininas.
-
10. É plenamente regular o emprego das formas sublinhadas na frase:
- (A) Compara-se os atrativos dos cosméticos para com a “esperança dentro de um pote”.
 - (B) Associam-se os atrativos dos cosméticos à “esperança dentro de um pote”.
 - (C) Aproximam-se o que há de atrativo nos cosméticos diante da “esperança dentro de um pote”.
 - (D) Podem equiparar-se a atração dos cosméticos como uma “esperança dentro de um pote”.
 - (E) Estabeleceu-se no texto os nexos dos cosméticos à uma “esperança dentro de um pote”.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Atualidades**

11. Observe o gráfico abaixo para responder à questão.

Brasil: Evolução do Produto Interno Bruto (PIB) em %



(Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/> – Adaptado)

A leitura do gráfico e os conhecimentos sobre a economia brasileira permitem afirmar que o PIB

- (A) em 2017 começou a se recuperar da queda dos anos anteriores devido ao forte impulso do agronegócio e ao início da retomada do consumo das famílias, que esteve em baixa nos anos anteriores.
- (B) dos anos de 2015 e 2016 foi resultado de uma conjunção de fatores, como as crises geopolíticas internacionais e os problemas ambientais que provocaram quebras recordes na agropecuária, principal elemento do PIB.
- (C) em 2016 mostrou o início de um período de recessão econômica que teve impacto sobre o setor de comércio e de serviços, mas não chegou a gerar crise nos setores da indústria e da administração pública.
- (D) em 2017 e 2018 apresentou crescimento robusto e possibilitou ao governo brasileiro honrar os compromissos financeiros assumidos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) nos anos anteriores.
- (E) dos anos de 2014 a 2016 foram reflexos das baixas taxas de juros estabelecidas pelo Banco Central e que somente passaram a ser corrigidas a partir de meados do ano de 2017.

12. *Em 2017 quando o movimento #MeToo foi formalmente lançado, as notícias se sucediam a toda velocidade, e carreiras inteiras desmoronavam. Pouco a pouco, 12 meses depois, os detalhes escabrosos foram dando lugar à reflexão. Agora, esse movimento (# MeToo) começa a ser o que sempre desejou. Um diálogo de todos como sociedade. Uma enorme mudança cultural.*

(Texto adaptado. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/04/actualidad/1538678547_217451.html)

O movimento # MeToo

- (A) desenvolveu-se nos Estados Unidos com o apoio de artistas e intelectuais com o objetivo de descriminalizar alguns tipos de drogas utilizadas com fins medicinais, como a maconha.
- (B) foi criado nos antigos países socialistas europeus para denunciar crimes e perseguições étnicas e religiosas promovidas pelo exército soviético, depois russo, contra minorias pobres.
- (C) nasceu na Europa ocidental e foi criado para denunciar os grupos de extrema direita que influenciaram governos a assumir políticas de restrição à entrada de imigrantes e refugiados.
- (D) surgiu nos Estados Unidos e teve como um dos objetivos iniciais incentivar as mulheres a mostrarem solidariedade umas com as outras, especialmente quando se tratava de casos de assédio sexual.
- (E) teve origem simultaneamente nos Estados Unidos e países ricos da Europa para desenvolver políticas de inclusão social destinadas às mulheres chefes de família em países pobres.



13. A partir dos anos de 2015 e 2016, as agências Standard & Poor's, Fitch e Moody's passaram a ser citadas inúmeras vezes pela mídia brasileira, geralmente acompanhada de preocupações do governo federal e da sociedade como um todo.

Em 2018, as agências continuam atuando no Brasil e mantendo as preocupações devido

- (A) à retirada do Brasil da lista dos países que são bons pagadores de dívidas e atrativos para investidores.
- (B) aos frequentes surtos de doenças transmissíveis decorrentes do déficit no saneamento básico nas áreas urbanas.
- (C) à dependência da economia brasileira das exportações de *commodities* com baixo valor agregado.
- (D) ao aumento das áreas de desmatamento na Amazônia, promovido pela ausência de políticas ambientais eficazes.
- (E) ao crescimento dos níveis de poluição atmosférica em desrespeito aos compromissos climáticos assinados pelo governo.

14. No âmbito das relações internacionais, o Acordo de Paris é

- (A) uma Convenção Internacional de proteção aos direitos das minorias étnicas e sexuais, visando à igualdade de direitos de todos os povos independentemente de cor, origem, religião ou condição econômica.
- (B) um Tratado Internacional que mantém a integridade da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), pelo qual os países europeus e os Estados Unidos comprometem-se a proteger os países membros de agressões externas.
- (C) um Tratado Internacional no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC, sigla em inglês), que rege medidas de redução de emissão de dióxido de carbono a partir de 2020.
- (D) um Pacto de Proteção Mútua dos povos ocidentais em ratificação aos direitos humanos e em defesa da democracia pluralista.
- (E) um Tratado Internacional celebrado em 2017 para proteção do equilíbrio ecológico do planeta, tendo em vista o avanço do efeito estufa e a extinção de espécimes da fauna e da flora.

15. Tendo em vista as normas do Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar:

- (A) O fornecedor do produto só será responsabilizado pelos atos de seus prepostos ou representantes autônomos se estes não tiverem patrimônio próprio para arcar com os danos que tenham causado.
- (B) A garantia contratual do produto é facultativa e pode ser conferida aumentando ou diminuindo o prazo da garantia legal, mediante termo escrito em língua portuguesa ou em espanhol se o produto for importado de país pertencente ao MERCOSUL.
- (C) As cláusulas do contrato podem transferir a responsabilidade pela qualidade do produto a terceiros, desde que tenham endereço conhecido e se encontrem no exercício regular de suas atividades.
- (D) O consumidor pode desistir do produto em trinta dias a contar de seu recebimento, sempre que sua aquisição tenha ocorrido virtualmente ou por telefone.
- (E) Os produtos colocados no mercado de consumo não deverão acarretar riscos à saúde ou segurança dos consumidores, exceto os que forem considerados normais e previsíveis em decorrência de sua natureza e fruição, obrigando-se os fornecedores, em qualquer hipótese, a dar as informações necessárias e adequadas a seu respeito.

16. Em relação às empresas públicas e às sociedades de economia mista, considere:

- I. A empresa pública poderá lançar debêntures ou outros títulos ou valores mobiliários, conversíveis em ações.
- II. A sociedade de economia mista poderá solucionar, mediante arbitragem, as divergências entre acionistas e a sociedade, ou entre acionistas controladores e acionistas minoritários, nos termos previstos em seu estatuto social.
- III. A empresa pública e a sociedade de economia mista adotarão regras de estruturas e práticas de gestão de riscos e controle interno que abranjam, entre outros aspectos, auditoria interna e Comitê de Auditoria Estatutário.
- IV. A constituição de empresa pública ou de sociedade de economia mista é livre, devendo apenas ser dada ciência à Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) III e IV.
- (D) I, II e IV.
- (E) I, II e III.



17. Quanto à proteção ao consumidor nas práticas comerciais, é correto afirmar:

- (A) Os fabricantes e importadores deverão assegurar a oferta de componentes e peças de reposição enquanto não cessar a fabricação ou importação do produto; cessadas a fabricação ou a importação, cessará de imediato também a oferta de componentes e peças.
- (B) Toda informação ou publicidade, suficientemente precisa, veiculada por qualquer forma ou meio de comunicação com relação a produtos e serviços oferecidos ou apresentados, obriga o fornecedor que a fizer veicular ou dela se utilizar e integra o contrato que vier a ser celebrado.
- (C) A publicidade deve ser veiculada com linguagem clara e objetiva, podendo, porém, ser redigida e entendida como notícia jornalística.
- (D) É enganosa dentre outras, a publicidade que incite à violência, que seja discriminatória ou que explore o medo ou a superstição.
- (E) O ônus da prova da veracidade e da correção da informação ou comunicação publicitária cabe a quem questioná-la, por ser fato constitutivo de seu direito.

18. Considere as seguintes assertivas:

- I. Dependem de autorização do Banco Central do Brasil a constituição e o financiamento de agências de fomento sob controle acionário de Unidade da Federação cujo objeto social é financiar capital fixo e de giro associado a projetos na Unidade da Federação onde tenham sede.
- II. As agências de fomento devem ser constituídas sob a forma de sociedade anônima de capital aberto, consoante a lei respectiva.
- III. As agências de fomento podem ser transformadas em qualquer outro tipo de instituição, desde que autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
- IV. O Banco Central do Brasil autorizará a constituição de uma única agência de fomento por Unidade da Federação.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II, III e IV.
- (B) II e IV.
- (C) I e III.
- (D) I e IV.
- (E) I, II e III.

19. As agências de fomento

- (A) não podem, em nenhuma hipótese, prestar serviços de administrador de fundos de desenvolvimento.
- (B) não podem prestar serviços de consultoria e de agente financeiro.
- (C) podem ter participação societária, direta ou indireta, no país e no exterior, em outras instituições financeiras e em outras empresas coligadas ou controladas, direta ou indiretamente, pela Unidade da Federação que detenha seu controle.
- (D) devem constituir e manter, permanentemente, fundo de liquidez equivalente, no mínimo, a 30% do valor de suas obrigações, a ser integralmente aplicado em títulos públicos federais.
- (E) somente podem praticar operações com recursos próprios ou de repasses originários de fundos constitucionais; orçamentos federal, estaduais e municipais; e organismos e instituições financeiras nacionais e internacionais de desenvolvimento.

20. Quanto à aplicação e ao procedimento criminal da lei que estabelece os crimes contra o Sistema Financeiro Nacional, é correto afirmar:

- (A) Quando a denúncia não for intentada no prazo legal, o prejudicado poderá representar perante o Corregedor Geral da Justiça Federal para que determine ao órgão ministerial as providências cabíveis.
- (B) A ação penal, nesses crimes, será promovida pelo Ministério Público Federal ou Estadual, perante a Justiça Federal ou Estadual, de acordo com o tipo penal no caso concreto.
- (C) Quando tais crimes forem cometidos em quadrilha ou coautoria, o coautor ou partícipe que, através de confissão espontânea revelar à autoridade policial ou judicial toda a trama delituosa, terá sua pena reduzida de um a dois terços.
- (D) Nos crimes apenados com reclusão, contra o Sistema Financeiro Nacional, o réu poderá prestar fiança e apelar em liberdade, desde que primário e de bons antecedentes, estando ou não configurada situação justificadora de prisão preventiva.
- (E) O órgão do Ministério Público poderá requerer ao juiz da causa que requirite quaisquer informações, documentos ou diligências para subsidiar as provas dos crimes investigados, sendo defeso fazê-lo diretamente.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Administrativo**

21. Dentre os elementos ou requisitos do ato administrativo, existem aqueles cuja inobservância NÃO é passível de ser sanada, a exemplo
- (A) dos atos administrativos praticados por autoridade desprovida de competência privativa para sua edição.
 - (B) das decisões proferidas em situações cujo substrato fático não corresponda à previsão legal expressa.
 - (C) dos atos vinculados editados sem explicitação de motivação.
 - (D) dos atos administrativos que não sejam objeto de publicação na imprensa oficial, em ofensa ao princípio da publicidade.
 - (E) dos atos proferidos por autoridade pública para a qual tenha sido delegada competência privativa de autoridade superior.
-
22. A Administração pública municipal publicou edital para contratação de prestação de serviços de manutenção nos equipamentos de informática das unidades de ensino público. No que se refere ao prazo de duração do contrato, o edital pode prever a
- (A) vigência atrelada à amortização dos investimentos feitos pela concessionária, de forma que o instrumento poderá ser prorrogado por prazo indeterminado até que o prestador dos serviços recupere o que investiu no projeto, bem como alcance a remuneração constante do plano de negócios.
 - (B) prorrogação automática do contrato a cada 60 meses de vigência, desde que haja justificativa de interesse público para isso.
 - (C) possibilidade de celebração e prorrogação por prazo superior à vigência do crédito orçamentário, desde que tenha havido previsão no edital e no Plano Plurianual para a despesa.
 - (D) contratação por prazo de 12 meses, prorrogável pelo mesmo prazo, uma única vez, após o que deverá obrigatoriamente haver nova licitação.
 - (E) contratação pelo prazo de vigência constante da melhor proposta, não sendo necessária prévia estipulação do mesmo no edital.
-
23. A edificação de um complexo de unidades prisionais em determinado município, a ser contratada por um estado da Federação, pode se dar mediante
- (A) contratação de uma Parceria-Público Privada, na modalidade de concessão administrativa, iniciando-se o pagamento das contraprestações tão logo seja entregue a obra.
 - (B) contratação de uma concessão comum, regida pela Lei nº 8.987/1995, considerando que é permitido ao concessionário a exploração de receitas acessórias.
 - (C) licitação e contratação pela Lei nº 8.666/1993, que admite a constituição de objeto único, na medida em que se trata de um complexo integrado, o que permite a publicação do edital contendo elementos de projeto básico, este que será desenvolvido e executado pelo vencedor.
 - (D) licitação e contratações regidas pela Lei nº 8.666/1993, não sendo permitido que todas as edificações integrem o mesmo objeto, cabendo a divisão da obra em lotes.
 - (E) contratação pelo regime diferenciado de contratações, na modalidade de empreitada por preço global.
-
24. A formação de um consórcio público entre determinados municípios e o estado que integram
- (A) pressupõe a edição de lei estadual autorizativa da participação dos entes, instrumento que também preverá a possibilidade de repasse de recursos mediante contrato de rateio.
 - (B) demanda prévio convênio entre os entes participantes, no qual serão fixadas as competências atribuídas a cada um deles, bem como a forma pela qual será contratado o consórcio.
 - (C) enseja a celebração de protocolo de intenções, seguida de contrato de consórcio, por meio do qual um ente federado poderá transferir para outro ente federado competências que lhe foram constitucionalmente atribuídas.
 - (D) depende da celebração de convênio de programa e rateio para disciplinar a transferência de competências, mão de obra e recursos para a nova pessoa jurídica criada.
 - (E) exige lei de cada ente participante, ratificando o protocolo de intenções, para celebração de contrato de programa disciplinando as obrigações de cada ente no consórcio, inclusive se haverá contrato de rateio para repasse de recursos à pessoa jurídica criada.
-
25. A necessidade de implantação de unidades habitacionais destinadas a população de baixa renda e a edificação de uma unidade hospitalar para atendimento da população em geral justifica, por parte do Município, a
- (A) edição de decreto de declaração de interesse social para a implantação das unidades habitacionais e para construção da unidade hospitalar, porque este também se destina a baixa renda.
 - (B) desapropriação de áreas públicas ou particulares para instalação da unidade hospitalar e das unidades habitacionais, em razão da prevalência da finalidade pública da medida.
 - (C) declaração de utilidade pública das áreas necessárias para as obras, precedida da comprovação da existência da integralidade de recursos financeiros para edificação das obras indicadas, mesmo que estas ultrapassem mais de um exercício.
 - (D) a desapropriação dos terrenos necessários à implantação das obras, cuja indenização, devido ao interesse social que fundamenta a atuação do poder público, poderá ser paga em títulos da dívida pública após a conclusão das obras.
 - (E) edição de decreto de declaração de interesse social, que justifica a implantação das unidades habitacionais, bem como de declaração de utilidade pública, para implantação do equipamento público destinado à unidade hospitalar.

**Direito Constitucional**

26. Considere o seguinte excerto da obra doutrinária ao final identificada:

“Outra característica associada aos direitos fundamentais diz com o fato de estarem consagrados em preceitos da ordem jurídica. Essa característica serve de traço divisor entre as expressões direitos fundamentais e direitos humanos.

A expressão direitos humanos, ou direitos do homem, é reservada para aquelas reivindicações de perene respeito a certas posições essenciais ao homem. São direitos postulados em bases jusnaturalistas, contam índole filosófica e não possuem como característica básica a positivação numa ordem jurídica particular.

A expressão direitos humanos, ainda, e até por conta da sua vocação universalista, supranacional, é empregada para designar pretensões de respeito à pessoa humana, inseridas em documentos de direito internacional.

Já a locução direitos fundamentais é reservada aos direitos relacionados com posições básicas das pessoas, inscritos em diplomas normativos de cada Estado. São direitos que vigem numa ordem jurídica concreta, sendo, por isso, garantidos e limitados no espaço e no tempo, pois são assegurados na medida em que cada Estado os consagra.”

(MENDES, Gilmar Ferreira e BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**, 13.ed., São Paulo: Saraiva Educação, 2018, p. 147)

Com base no texto transcrito,

- (A) não há como distinguir doutrinariamente as expressões *direitos fundamentais* e *direitos humanos*, dada a vocação universalista da proteção da pessoa humana, reconhecida nos documentos do direito internacional.
- (B) a expressão *direitos humanos* possui natureza universalista, oriunda de uma concepção filosófica derivada do Direito Natural.
- (C) a expressão *direitos humanos* diz respeito ao direito positivado por cada Estado soberano e, por essa razão, se afasta das concepções jusnaturalistas.
- (D) a expressão *direitos humanos*, dado o caráter nacional da positivação jurídica, não constitui objeto do Direito Internacional Público.
- (E) por se tratar de concepção filosófica jusnaturalista, não limitada ao tempo e ao espaço, os *direitos fundamentais* não possuem conteúdo jurídico.

27. Diante do sistema de controle de constitucionalidade estabelecido pela Constituição da República Federativa do Brasil e consideradas a legislação e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal pertinentes,

- (A) a ação direta de inconstitucionalidade constitui meio de controle de constitucionalidade prévio realizado pelo Poder Judiciário.
- (B) por conta do princípio da separação de Poderes, o Presidente da República não realiza controle de constitucionalidade.
- (C) não é admitida a fungibilidade entre ação direta de inconstitucionalidade e arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- (D) não será admitida arguição de descumprimento fundamental quando houver qualquer outro meio eficaz capaz de sanar a lesividade.
- (E) a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade não possuem os mesmos legitimados para a sua proposição.

28. Sobre as competências em matéria legislativa na Federação brasileira, no que se refere à legislação concorrente,

- (A) inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.
- (B) compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar sobre jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia.
- (C) é de competência da União o estabelecimento de normas gerais, podendo ainda exercer competência suplementar caso inexistir lei estadual ou distrital sobre a matéria.
- (D) a superveniência de lei federal sobre normas gerais revoga a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.
- (E) a competência da União para legislar sobre normas gerais exclui a competência suplementar dos Estados.

29. Nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, as comissões parlamentares de inquérito

- (A) podem, por conta de seus poderes de investigação, determinar busca e apreensão domiciliar.
- (B) podem requerer quebra do sigilo bancário, por se tratar de competência sujeita à cláusula de reserva de jurisdição.
- (C) têm como limite intransponível de duração o termo final da legislatura em que foram constituídas, em razão da necessidade de desenvolverem seus trabalhos por prazo certo.
- (D) terão poderes de investigação próprios das autoridades policiais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, e serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente.
- (E) poderão adotar medidas restritivas de direitos por determinação de seu presidente, independentemente de deliberações dos membros da Comissão.



30. A respeito da responsabilização do Presidente da República por crimes de responsabilidade, nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal
- (A) se decorrido o prazo de 120 dias, o julgamento não estiver concluído, cessará o afastamento do Presidente, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo.
 - (B) em relação ao juízo de admissibilidade, a acusação contra o Presidente da República deve ser admitida por 3/5 da Câmara dos Deputados.
 - (C) ao acusado é assegurado o direito à defesa prévia ao ato de recebimento da denúncia por parte do Presidente da Câmara dos Deputados.
 - (D) o Presidente ficará suspenso de suas funções após admitida a acusação pela Câmara dos Deputados.
 - (E) a defesa tem, em regra, direito de se manifestar após a acusação e o interrogatório deve ser o ato final da instrução probatória.

Direito Empresarial

31. No tocante aos títulos de crédito, seus princípios e classificações, é correto afirmar que
- (A) por força da abstração, as obrigações mantêm-se independentes uma das outras e, por decorrência da inoponibilidade das exceções pessoais, os devedores não podem alegar vícios e defeitos de suas relações jurídicas com o portador de boa-fé que não participou do negócio jurídico do qual resultou a dívida que lhes é exigida.
 - (B) pelo princípio da autonomia cambiária, o possuidor do título de crédito investe-se de direito próprio e, por isso, fica sujeito às exceções oponíveis aos possuidores precedentes.
 - (C) pela literalidade cambiária, vale tudo o que estiver escrito, não só no título, como também no contrato que lhe seja subjacente e que se considera incorporado ao título.
 - (D) são títulos à ordem aqueles emitidos em benefício da pessoa indicada, sem possibilidade de transferência mediante endosso.
 - (E) são títulos nominativos os emitidos genericamente em favor do possuidor e transferíveis por simples tradição manual.
-
32. Em relação às sociedades anônimas
- (A) a companhia é aberta ou fechada conforme os valores mobiliários de sua emissão estejam ou não admitidos à negociação no mercado de valores mobiliários.
 - (B) seu objeto pode referir-se a qualquer empresa, de fim lucrativo ou não, desde que não contrário à lei, à ordem pública e aos bons costumes.
 - (C) em sua denominação, por sua impessoalidade, não poderão figurar os nomes do fundador, acionista ou pessoa que de algum modo tenha contribuído para o sucesso da empresa.
 - (D) seu capital social deverá ser formado somente com contribuições em dinheiro, defesas outras espécies de bens.
 - (E) o estatuto da companhia fixará o valor do capital social, expresso em moeda nacional ou estrangeira e a ser corrigido anualmente.
-
33. Considere os enunciados abaixo, que dizem respeito às microempresas e empresas de pequeno porte.
- I. Consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples e a empresa individual de responsabilidade limitada, devidamente registradas ou não no Registro de Empresas Mercantis, em Títulos e Documentos ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso.
 - II. O enquadramento do empresário ou da sociedade simples ou empresária como microempresa ou empresa de pequeno porte bem como o seu desenquadramento não implicarão alteração, denúncia ou qualquer restrição em relação a contratos por elas anteriormente firmados.
 - III. Poderá beneficiar-se do tratamento jurídico diferenciado previsto para as microempresas e empresas de pequeno porte a pessoa jurídica constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo.
 - IV. Não poderá beneficiar-se do tratamento jurídico diferenciado previsto para as microempresas e empresas de pequeno porte a pessoa jurídica cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I, III e IV.
- (C) II e IV.
- (D) I e III.
- (E) II, III e IV.

**Direito Civil**

34. Anacleto tem 17 anos, é viciado em tóxicos e, por deficiência mental permanente, não exprime sua vontade de forma clara e inteligível. Anacleto é
- (A) relativamente incapaz em relação à idade e ao vício em tóxicos; absolutamente incapaz em relação à deficiência mental permanente.
 - (B) relativamente incapaz em relação a todas as situações indicadas.
 - (C) pelas circunstâncias, absolutamente incapaz em relação a todas as situações narradas.
 - (D) relativamente incapaz em relação à idade; absolutamente incapaz em relação ao vício em tóxicos e à deficiência mental permanente.
 - (E) relativamente incapaz em relação à idade e à deficiência mental permanente; capaz plenamente quanto ao vício em tóxicos, que representa somente um problema de saúde pública.
-
35. No tocante aos negócios jurídicos,
- (A) as nulidades devem ser pronunciadas pelo juiz, quando conhecer do negócio jurídico ou dos seus efeitos e as encontrar provadas, podendo porém supri-las a pedido expresso das partes.
 - (B) serão nulos os negócios jurídicos simulados, mas subsistirão os dissimulados, se válidos forem na substância e na forma.
 - (C) tanto os negócios jurídicos nulos como aqueles anuláveis são suscetíveis de confirmação, podendo convallescer pelo decurso do tempo, se a invalidade se der por idade da pessoa.
 - (D) quando a anulabilidade do ato resultar da falta de autorização de terceiro, não há possibilidade de validação do ato.
 - (E) é de 2 anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do ato em que houver ocorrido coação, contado esse prazo do dia em que a ameaça cessar.
-
36. Em relação à prestação de serviços,
- (A) toda a espécie de serviço ou trabalho lícito, desde que material, pode ser contratada mediante remuneração.
 - (B) pode seu contrato ser estipulado por qualquer prazo, mesmo que se destine à execução de obra certa e determinada.
 - (C) não havendo prazo estipulado, nem se podendo inferir da natureza do contrato, ou do costume do lugar, qualquer das partes pode resolver o contrato, a seu arbítrio, independentemente de prévio aviso.
 - (D) a retribuição pagar-se-á depois de prestado o serviço se, por convenção ou costume, não houver de ser adiantada, ou paga em prestações.
 - (E) se o prestador de serviço for despedido sem justa causa, quem o despediu deverá pagar-lhe por inteiro tanto a remuneração vencida como a que venceria até o termo legal do contrato.
-
37. No tocante à responsabilidade civil, considere:
- I. A indenização mede-se pela extensão do dano, mostrando-se irrelevante eventual desproporção entre a gravidade da culpa e o dano sofrido, pois a reparação será fixada de acordo com as consequências concretas da conduta do agente ofensor.
 - II. O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la não se transmitem com a herança, por serem personalíssimos.
 - III. Se da ofensa resultar defeito pelo qual o ofendido não possa exercer o seu ofício ou profissão, ou se lhe diminua a capacidade de trabalho, a indenização, além das despesas do tratamento e lucros cessantes até ao fim da convalescença, incluirá pensão correspondente à importância do trabalho para que se inabilitou, ou da depreciação que ele sofreu.
 - IV. Havendo usurpação ou esbulho do alheio, além da restituição da coisa, a indenização consistirá em pagar o valor das suas deteriorações e o devido a título de lucros cessantes; faltando a coisa, dever-se-á reembolsar o seu equivalente ao prejudicado.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, III e IV.
 - (B) I, II e III.
 - (C) II, III e IV.
 - (D) I e II.
 - (E) III e IV.



38. Quanto às formas de aquisição da propriedade imóvel,
- (A) ter-se-á o aluvião quando, por força natural violenta, uma porção de terra se destacar de um prédio e se juntar a outro, crescendo-o.
 - (B) a usucapião é modo derivado de aquisição da propriedade e a sentença que a reconhece é de natureza constitutiva do domínio.
 - (C) quando isto se der pelo registro do título, enquanto não se promover, por meio de ação própria, a decretação de invalidade desse título, e o respectivo cancelamento, o adquirente continua a ser havido como dono do imóvel.
 - (D) o álveo abandonado de corrente pertence por igual aos proprietários ribeirinhos das duas margens, indenizando-se os donos dos terrenos por onde as águas abrirem novo curso.
 - (E) aquele que semeia, planta ou edifica em terreno próprio com sementes, plantas ou materiais alheios, adquire a propriedade destes, sem a obrigação de pagar-lhes o valor correspondente se agiu de boa-fé.

Direito Processual Civil

39. O pedido deve ser certo e determinado. No entanto,
- (A) são compreendidos no principal os juros legais, a correção monetária e as verbas de sucumbência, inclusive os honorários advocatícios.
 - (B) considera-se implícito o requerimento de multa, mesmo que não tenha sido prevista contratualmente.
 - (C) na demanda que tenha por objeto o cumprimento de prestações sucessivas, essas serão consideradas incluídas no pedido, desde que haja pedido de declaração expresso do autor nesse sentido.
 - (D) somente na hipótese de ações universais, se o autor não puder individuar os bens demandados, o pedido poderá ser genérico.
 - (E) é lícita a cumulação, em um único processo, de vários pedidos contra o mesmo réu, desde que haja conexão ou continência entre eles.
-
40. Em relação às provas, o juiz
- (A) apreciará a prova constante dos autos, na dependência do sujeito que a tiver promovido, sua idade e condição social, cultural e econômica, indicando na decisão as razões da formação de seu convencimento.
 - (B) indeferirá, em decisão que prescinde de fundamentação, as diligências inúteis ou meramente protelatórias.
 - (C) deverá admitir a utilização da prova produzida em outro processo, atribuindo-lhe necessariamente o mesmo valor considerado no processo em que obtida a prova.
 - (D) aplicará as regras de experiência comum subministradas pela observação do que ordinariamente acontece e, ainda, as regras de experiência técnica, ressalvado, quanto a estas, o exame pericial.
 - (E) distribuirá livremente o ônus da prova, utilizando-se de sua discricionariedade, sem ressalvas legais.
-
41. Na audiência de instrução e julgamento,
- (A) uma vez instalada, o juiz tentará conciliar as partes, salvo se anteriormente tenha havido o emprego de outros métodos de solução consensual de conflitos, como a mediação e a arbitragem.
 - (B) as provas orais serão produzidas em ordem peremptória, após o depoimento pessoal das partes.
 - (C) sua unicidade e intermitência obsta que seja adiada, salvo apenas a hipótese de convenção das partes, em que será possível o adiamento por uma única vez.
 - (D) enquanto depuserem o perito, os assistentes técnicos, as partes e as testemunhas, não poderão os advogados e o Ministério Público intervir ou apartear, sem licença do juiz.
 - (E) encerrado o debate ou oferecidas as razões finais, o juiz proferirá sentença de imediato ou, excepcionalmente, se complexas as questões, no prazo de 15 dias.
-
42. No que se refere às intimações,
- (A) serão elas feitas pelo correio quando frustrada a realização por oficial de justiça.
 - (B) presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo.
 - (C) podem ser feitas por edital, caso necessário, mas não por hora certa, pela natureza do ato processual.
 - (D) o juiz determinará, de ofício, aquelas intimações em processos findos ou pendentes, em qualquer hipótese.
 - (E) a parte arguirá sua nulidade em capítulo preliminar do próprio ato que lhe caiba praticar, o qual será tido por intempestivo em caso de reconhecimento do vício.



43. Em relação à ação monitória, considere:

- I. A ação monitória pode ser proposta por aquele que afirmar, com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, ter direito de exigir do devedor capaz o pagamento de valor em dinheiro ou o adimplemento de obrigação de fazer ou de não fazer, exclusivamente.
- II. É admissível ação monitória em face da Fazenda Pública.
- III. Havendo dúvida quanto à idoneidade de prova documental apresentada pelo autor, o juiz intimá-lo-á para, querendo, emendar a petição inicial, adaptando-a ao procedimento comum.
- IV. Desde que previamente seguro o juízo, o réu poderá opor, nos próprios autos, no prazo de quinze dias, embargos à ação monitória.
- V. Quando o réu alegar que o autor pleiteia quantia superior à devida, cumprir-lhe-á declarar de imediato o valor que entende correto, apresentando demonstrativo discriminado e atualizado da dívida; não apontado o valor correto ou não apresentado o demonstrativo, os embargos serão liminarmente rejeitados, se esse for o seu único fundamento, e, se houver outro fundamento, os embargos serão processados, mas o juiz deixará de examinar a alegação de excesso.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, IV e V.
- (B) I, II, IV e V.
- (C) II, III e V.
- (D) II, III, IV e V.
- (E) I, II e III.

Direito Penal

44. No que se refere aos crimes contra o patrimônio,

- (A) diminui-se a pena de um a dois terços, na apropriação indébita previdenciária, se o agente, voluntariamente, confessa, declara e efetua o pagamento das contribuições e importâncias devidas à Previdência Social.
- (B) todas as hipóteses de furto são de ação penal pública, em nenhuma delas procedendo-se mediante representação.
- (C) se o crime for de extorsão mediante sequestro e for cometido em concurso, o concorrente que o denunciar à autoridade, facilitando a libertação do sequestrado, terá extinta sua punibilidade.
- (D) tratando-se de esbulho possessório, se a propriedade for particular, havendo ou não emprego de violência, somente se procede mediante queixa.
- (E) no crime de furto, se o criminoso é primário, e é de pequeno valor a coisa furtada, o juiz pode substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um a dois terços, ou aplicar somente a pena de multa.

45. Nos crimes contra a Fé Pública,

- (A) se o médico fornecer atestado falso, no exercício de sua profissão, é crime apenado com reclusão; se o crime tiver intuito de lucro, considerar-se-á estelionato.
- (B) o recebimento de moeda falsa ou alterada, de boa ou má-fé, restituindo-a em circulação, conhecendo ou devendo conhecer a falsidade, é crime punido com reclusão e multa.
- (C) a falsificação, no todo ou parcialmente, de documento público, ou a alteração de documento público ou particular verdadeiro, se o agente for funcionário público e cometer o crime prevalecendo-se do cargo, é causa de aumento de pena de um a dois terços.
- (D) não configura crime, nem mesmo em tese, não autorizando nem sequer investigação criminal, a utilização de papel-moeda grosseiramente falsificado.
- (E) para fins de tipificação do crime de falsificação de documento particular, equipara-se a documento particular o cartão de crédito ou débito.

46. Relativos aos crimes contra a Administração pública, considere:

- I. Caracteriza-se o crime de peculato na apropriação ou desvio pelo funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, desde que público, de que tem a posse em razão do cargo, para proveito próprio.
- II. Se o funcionário exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido ou, quando devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza, configura-se o crime de excesso de exação.
- III. É crime de prevaricação deixar o Diretor de Penitenciária e/ou agente público, de cumprir seu dever de vedar ao preso o acesso a aparelho eletrônico, de rádio ou similar, que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo.
- IV. Para os efeitos penais dessa espécie de crimes, considera-se funcionário público quem, embora transitoriamente, mas desde que remunerado, exerce cargo, emprego ou função pública.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e III.
- (B) III e IV.
- (C) I, II e IV.
- (D) I e IV.
- (E) I, II e III.

**Direito do Trabalho**

47. Gustavo era proprietário de um posto de gasolina, tendo vendido o empreendimento para Paulo e Rafael, com a devida averbação da modificação do contrato nos órgãos competentes. Não se confirmou nenhuma fraude na alteração societária. Tendo em vista a responsabilidade de Gustavo por eventuais obrigações trabalhistas dos empregados do posto de gasolina, nos termos da legislação vigente, é correto afirmar que a responsabilidade do sócio retirante é
- (A) subsidiária, relativa ao período em que figurou como sócio, somente em ações ajuizadas até dois anos depois de averbada a modificação do contrato, desde que observada a ordem de preferência de cobrança, primeiramente, da empresa devedora, depois dos sócios atuais e por último dos sócios retirantes.
 - (B) subsidiária, relativa ao período em que figurou como sócio, somente em ações ajuizadas até cinco anos depois de averbada a modificação do contrato, desde que observada a ordem de preferência de cobrança, primeiramente, da empresa devedora, depois dos sócios atuais e por último dos sócios retirantes.
 - (C) solidária, relativa ao período em que figurou como sócio, somente em ações ajuizadas até dois anos depois de averbada a modificação do contrato, desde que observada a ordem de preferência de cobrança, primeiramente, da empresa devedora, depois dos sócios atuais e por último dos sócios retirantes.
 - (D) solidária, relativa ao período em que figurou como sócio, somente em ações ajuizadas até cinco anos depois de averbada a modificação do contrato, desde que observada a ordem de preferência de cobrança, primeiramente, da empresa devedora, depois dos sócios atuais e por último dos sócios retirantes.
 - (E) subsidiária, relativa ao período em que figurou como sócio, somente em ações ajuizadas até dois anos de sua saída, desde que observada a ordem de preferência de cobrança, primeiramente, da empresa devedora, depois dos sócios atuais e por último dos sócios retirantes.
-
48. Ana, com 40 anos de idade, é secretária da Empresa de Cobrança X Ltda. e possui direito ao gozo de férias. Seu empregador propôs que, ao invés de usufruir 30 dias corridos de férias, Ana usufrua-as de forma fracionada, em três períodos, para que a empresa não fique com a vaga desfalcada. De acordo com a legislação vigente,
- (A) não há necessidade da concordância de Ana para que as férias sejam usufruídas em até três períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a 15 dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a 5 dias corridos, cada um.
 - (B) não há necessidade da concordância de Ana para que as férias sejam usufruídas em até três períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a 14 dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a 5 dias corridos, cada um.
 - (C) desde que haja concordância de Ana, as férias poderão ser usufruídas em até três períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a 15 dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a 5 dias corridos, cada um.
 - (D) desde que haja concordância de Ana, as férias poderão ser usufruídas em até três períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a 14 dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a 5 dias corridos, cada um.
 - (E) desde que haja concordância de Ana, as férias poderão ser usufruídas em até dois períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a 14 dias corridos.
-
49. Felipe, auxiliar administrativo, completou 18 anos e pretende se alistar como eleitor; Silmara, recepcionista, necessita ausentar-se do emprego para acompanhar consulta médica de seu filho de 5 anos de idade; Gerson, gerente, pretende acompanhar sua esposa grávida em consulta médica pré-natal. Considerando que todos são empregados, pela lei vigente, é correto dizer que podem faltar ao serviço, sem prejuízo do salário, considerando-se interrupção do contrato de trabalho, pelos seguintes períodos, respectivamente, por
- (A) até 5 dias consecutivos ou não; por 3 dias por ano e até 3 dias.
 - (B) até 3 dias consecutivos ou não; por 2 dias por ano e até 2 dias.
 - (C) até 2 dias consecutivos ou não; por 1 dia por ano e até 2 dias.
 - (D) até 2 dias consecutivos ou não; por 2 dias por ano e até 3 dias.
 - (E) até 2 dias consecutivos ou não; por 1 dia por ano e até 5 dias.
-
50. Eduardo é empregado da empresa de entregas Zas Trás Ltda., prestando serviços como motociclista, entregando todo tipo de encomendas, até mesmo material inflamável. No caso hipotético narrado e de acordo com a CLT, Eduardo tem direito ao adicional de
- (A) periculosidade, no percentual de 30% sobre o salário base, por se tratar de trabalhador em motocicleta e insalubridade, no percentual de 40% sobre o salário mínimo, pela exposição a inflamável.
 - (B) periculosidade, no percentual de 30% sobre o salário base, por se tratar de trabalhador em motocicleta.
 - (C) insalubridade, no percentual de 30% sobre o salário base, pela exposição a inflamável.
 - (D) penosidade, no percentual de 40% sobre o salário mínimo, pelo trabalho sujeito às intempéries climáticas e a acidente de trânsito.
 - (E) periculosidade, no percentual de 40% sobre o salário base, por se tratar de trabalhador em motocicleta.